

Precarização e mercado de trabalho: evidência para a região metropolitana de Porto Alegre

Virginia Rolla Donoso¹
Carlos Henrique Horn²

Resumo: Este artigo analisa a precarização do mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) durante a recessão econômica de 2015-2017. Neste triênio, o avanço do desemprego em escala nacional foi de magnitude considerável e acarretou inúmeras consequências negativas, dentre as quais uma maior precarização do mercado de trabalho. Nesta análise, utiliza-se a metodologia do índice de precarização desenvolvida por Toni (2005, 2007) e dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Adicionalmente, confrontamos o desempenho recente do mercado de trabalho na RMPA com o observado durante a desaceleração da atividade econômica na década de 1990. Esta comparação revela diferenças de intensidade e de composição no fenômeno da precarização entre os dois períodos.

Palavras-chave: mercado de trabalho, desemprego, precarização.

Abstract: This paper aims at analysing the precarization of the labour market in the metropolitan area of Porto Alegre (RMPA) over the 2015-2017 economic recession. During this three-year period, the growth of unemployment at national level has been of a sizeable magnitude, bringing about numerous negative consequences, including precarization of the labour market. This analysis relies on the methodology of the index of precarization developed by Toni (2005, 2007) and data from the Employment and Unemployment Survey (PED). In addition, we compare the recent performance of the RMPA labour market vis-à-vis the outcomes of the slowdown in the economic activity during the 1990s. This comparison reveals differences in both the intensity and the composition of precarization between the two periods.

Keywords: labour market, unemployment, precarization.

Introdução

A precarização é um tema recorrente em análises do mercado de trabalho brasileiro, ainda que o termo tenha se tornado costumeiro apenas a partir da última década do século XX. Neste período, processos como o avanço da globalização, privatizações, a estabilização monetária ancorada em câmbio apreciado e a incorporação de tecnologias da terceira revolução industrial somaram-se às desigualdades históricas ou estruturais da economia brasileira. Esses processos atingiram mais fortemente as mulheres, os jovens e os negros, ou seja, aqueles grupos inseridos em empregos de menor prestígio, muitas vezes fora do abrigo da

¹ Economista, Mestre em Economia (UFRGS), Bolsista do Curso de Especialização em Relações de Trabalho (UFRGS). E-mail: vivirollad@hotmail.com

² Economista, Ph.D. Industrial Relations (LSE, Universidade de Londres), Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS). E-mail: chhorn@portoweb.com.br.

proteção social e com menores salários relativos, os quais se classificam como empregos precários. Já nos primeiros anos do século XXI, a referência à precarização do mercado de trabalho ganhou novo status, pois influenciou a adoção de políticas públicas visando à melhora nas condições de inserção dos grupos da população normalmente pior situados nesse mercado (TONI, 2005).

Mesmo naquele contexto de fins do século XX – vale dizer, antes que se falasse de uma quarta revolução industrial – o processo de precarização do trabalho não se restringia à economia brasileira, estando compreendido em um novo modelo de acumulação capitalista associado à flexibilidade operacional e à desregulamentação das normas trabalhistas. Essas mudanças acarretaram um aumento na intensificação do trabalho e uma redução nas restrições impostas às decisões empresariais pela legislação estatal ou por contratos coletivos no que tange, especialmente, às jornadas e às formas de contratação da força de trabalho (MÉSZAROS, 2002; ANTUNES, 2005). No caso brasileiro, o processo é bem ilustrado na série de revisões normativas que caracterizaram uma paulatina reforma trabalhista realizada durante o governo FHC (1995-2002). Assim, por exemplo, a maior liberdade de terceirização, de contratação por tempo parcial ou por tempo determinado (emprego temporário) e de uso do trabalho regular de jovens aprendizes e de estagiários – formas de contratação associadas a baixos salários, alta rotatividade, baixa qualificação, reduzida interferência sindical e fraca proteção social – revela a face mais conhecida da precarização do trabalho induzida por políticas de governo no Brasil ao final do século.

O fenômeno mundial da precarização impacta negativamente os trabalhadores, independentemente da estrutura e da condição econômica momentânea de cada país. No período precedente de expansão contínua da economia capitalista, que se estendeu do pós-guerra ao final dos anos 1970, o processo de acumulação calcado na produção de bens de consumo de massa associava-se, notadamente nos países desenvolvidos, a um perfil de trabalhador assalariado ocupado em postos relativamente estáveis, protegidos por legislação ou negociação coletiva e com benefícios de seguridade social. Havia um compromisso tácito ou explícito entre Estado, Trabalho e Capital que, ao ser dissolvido a partir dos anos 1980, originou o novo regime de acumulação denominado “flexível” (HARVEY, 1992).

O modelo de acumulação flexível mostrou-se mais eficaz para a reprodução capitalista a partir do final dos anos 1970, tendo ocorrido uma ruptura com o padrão fordista vigente até então e com os esquemas de proteção associados ao Estado de Bem-Estar. De acordo com Druck (2013), passou-se a viver um “...tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato”. Também a OIT (2010) destaca o arranjo precário decorrente do modelo de acumulação flexível, afetando intensamente a população assalariada e fazendo com que mais e mais trabalhadores se inserissem em ocupações irregulares ou informais e padecessem de altas taxas de rotatividade e queda nos rendimentos. Neste processo, ampliou-se, ainda, o regime de subcontratação e renovaram-se as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho.

Ao marco mais geral da acumulação flexível devem ser acrescidas as oscilações do mercado de trabalho, ora agravando, ora amenizando os efeitos do padrão de acumulação sobre a inserção dos indivíduos na atividade produtiva. Quanto às oscilações da economia brasileira pós-Real, os anos 1990 foram caracterizados por aumento na precarização e ampliação das desigualdades sociais. Houve elevação do desemprego e dos empregos sem registro de contrato, fraca geração de empregos com contrato registrado e aumento no número de trabalhadores autônomos e domésticos. No início dos anos 2000, observou-se uma tênue recuperação alicerçada em desvalorização cambial, contribuindo para um incremento do nível de emprego e atenuando os sinais de fragilidade no mercado de trabalho. A partir de 2003, estendeu-se um período de aproximadamente dez anos de melhora continuada do mercado de trabalho com redução progressiva da taxa de desemprego. Este ciclo, no entanto, se reverteu a partir de 2015, quando a rápida piora nas condições da economia e do mercado de trabalho se manifestou numa brusca elevação da taxa de desemprego e, de modo mais amplo, na precarização generalizada das condições do mercado de trabalho.

O objetivo deste artigo é analisar a desempenho do mercado de trabalho à luz da recessão de 2015-2017. Além de caracterizar a piora ocorrida no triênio, buscamos contrastar a *performance* recente com a dos anos de desaceleração da atividade econômica do final do século XX. Inicialmente, concentramo-nos no comportamento do desemprego e dos fluxos básicos do mercado de trabalho. Na

sequência, lançamos mão da metodologia do índice de precarização desenvolvido por Toni (2005, 2007) a fim de ampliar o escopo da análise, tratando igualmente dos efeitos da crise econômica recente e os comparando com os anos 1990. A análise refere-se à região metropolitana de Porto Alegre e os dados são extraídos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).³

A dinâmica do desemprego na recessão de 2015-2017

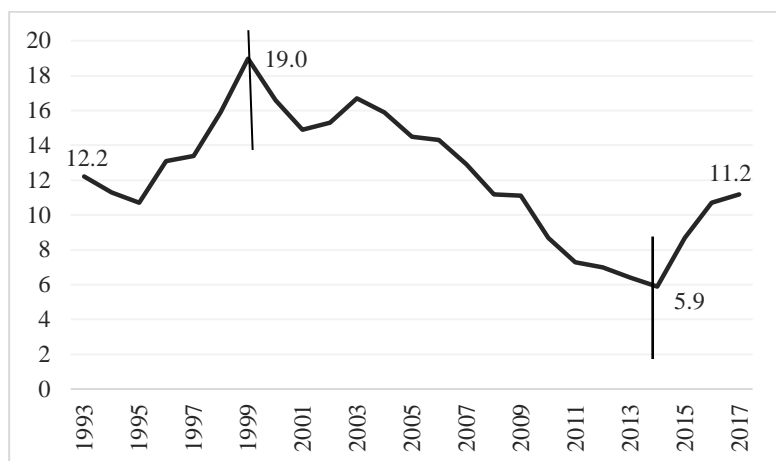
A forte recessão enfrentada pela economia brasileira no triênio 2015-2017 atingiu imediatamente o mercado de trabalho. Após mais de dez anos de relativa bonança – apenas interrompida no ano de 2008 por causa da crise financeira global, porém seguida de rápida recuperação no país –, a recessão reverteu os ganhos na qualidade do emprego e encerrou um longo intervalo de baixo desemprego, recolocando o país num circuito de aumento do desemprego, redução do nível ocupacional e salário real e aumento da pobreza. Além disso, acentuaram-se desigualdades históricas no mercado de trabalho, com piora relativa dos indicadores correspondentes às mulheres, aos negros e aos jovens.

A evolução do desemprego no período de 1993 a 2017 acompanhou o desempenho do produto, como se observa na Figura 1. Assim, a desaceleração da economia ao final dos anos 1990, associada a outros fatores (POCHMANN, 1999), resultou num aumento da taxa de desemprego na área metropolitana de Porto Alegre até atingir um máximo de 19,0% da PEA no ano de 1999. Já a melhora no ritmo de crescimento observada ao longo da primeira década deste século acarretou sucessivas reduções nessa taxa, alcançando um mínimo de 5,9% no ano de 2014. Os anos seguintes representaram uma reversão da fase de prosperidade e foram marcados por intensa elevação do desemprego. Inicialmente, este atingiu de modo mais agudo os trabalhadores da indústria, os homens e os chefes de família, mas

³ A Pesquisa de Emprego e Desemprego é um levantamento de informações mediante aplicação de questionário estruturado em residentes de uma amostra de domicílios na região de referência. Vem sendo realizada regularmente na região metropolitana de São Paulo desde 1985 e abrangeu outras oito regiões brasileiras desde então. Em cada região, sua implantação envolveu um arranjo institucional entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), de São Paulo, e instituições estaduais de estatística e investigação socioeconômica. Na região metropolitana de Porto Alegre, a parceria foi celebrada com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). O levantamento de dados iniciou-se em abril de 1992 e se estendeu até março de 2018, quando foi interrompida em face de decisão unilateral do governo do estado do Rio Grande do Sul.

logo se alastrou para virtualmente todos os setores de atividade e grupos da população ativa. A deterioração do mercado de trabalho foi extremamente severa. Em pouco tempo, o desemprego quase duplicou, passando de 5,9% em 2014 para 11,2% da PEA em 2017, e o número total de desempregados saltou de 113 mil para 205 mil pessoas. Com isso, aumentaram as desigualdades de gênero, raça e idade e houve uma redução drástica da renda do trabalhador.

Figura 1 – Taxa de desemprego, RMPA, 1993-2017 (média anual, %)



Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

O aumento do desemprego na recessão 2015-2017 ocorreu mais fortemente na condição do desemprego aberto. A Tabela 1 mostra que a taxa de desemprego aberto⁴ praticamente duplicou, atingindo 9,9% da PEA em 2017 e acrescentando 92 mil pessoas ao contingente que não possuía trabalho regular remunerado, mas que buscava essa ocupação. Quanto ao desemprego oculto⁵, a taxa elevou-se de 0,7% para 1,3%, sobretudo em face do expressivo aumento no desemprego pelo trabalho precário.

⁴ O desemprego aberto compreende as pessoas sem trabalho nos últimos sete dias e com procura efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista (DIEESE, 2009).

⁵ Há duas formas de desemprego oculto segundo a metodologia da PED: o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. A primeira forma reúne as pessoas que realizaram, nos 30 dias que antecedem a entrevista, algum trabalho casual de auto-ocupação – atividades remuneradas eventuais ou instáveis e sem previsibilidade de continuação ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes – e que procuraram substituir este trabalho nos últimos 30 dias por meio de providências para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Neste grupo estão contempladas, ainda, as pessoas que, não tendo procurado trabalho no período, não o encontraram, até 12 meses atrás, em procura efetiva que se deu por pelo menos 15 dias. Já o desemprego oculto pelo desalento compreende as pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da entrevista, porém sem procura efetiva recente de trabalho por falta de estímulo, seja em razão das condições do mercado de trabalho, seja por outras circunstâncias. No entanto, devem ter apresentado procura de trabalho por pelo menos 15 dias nos últimos 12 meses (DIEESE, 2009).

Tabela 1 – Taxa de desemprego, total e por tipo, RMPA, 2014-2017 (média anual, %)

	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Trabalho precário	Desalento
2014	5,9	5,2	0,7	0,6	(1)
2015	8,7	7,6	1,1	1,0	(1)
2016	10,7	9,4	1,3	1,0	(1)
2017	11,2	9,9	1,3	1,2	(1)

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para a categoria.

A recessão fez-se acompanhar, ainda, por aumentos nas diferenças das taxas de desemprego entre grupos da população. Sob a ótica de gênero, observava-se, ao longo da fase de aquecimento do mercado de trabalho nos anos 2000, um movimento de aproximação das taxas de homens e mulheres na RMPA, estreitando a diferença, que era de 5,2 pp. em 1999, para 1,2 pp. em 2014. Este processo de redução no hiato do desemprego de homens e mulheres, entretanto, foi interrompido na recessão econômica e, ainda que não de forma linear, a diferença entre os gêneros voltou a aumentar (Tabela 2). Os efeitos da desaceleração da atividade econômica atingiram inicialmente os homens: em 2015, os trabalhadores inseridos na indústria de transformação, chefes de família, com maiores níveis de formalização e maiores rendimentos médios, foram mais seriamente atingidos com a perda de postos de trabalho, de modo que a diferença entre as taxas de desemprego de homens e mulheres apresentou nova queda para 0,8 pp. nesse ano. No ano seguinte, contudo, aumentou a diferença em vista do crescente impacto da crise sobre o setor de serviços, onde se concentra um maior contingente feminino. Por fim, em 2017, enquanto a taxa de desemprego masculina se estabilizou, a feminina registrou novo salto, elevando a diferença ao patamar de 2,2 pp. na RMPA.

Tabela 2 – Taxa de desemprego, total e por grupos da população, RMPA, 2014-2017 (média anual, %)

	Total	Homens	Mulheres	Negros	Não negros	10 a 25 anos
2014	5,9	5,4	6,6	8,5	5,5	14,4
2015	8,7	8,4	9,1	12,6	8,1	19,7
2016	10,7	10,2	11,2	16,1	9,9	23,8
2017	11,2	10,2	12,4	18,7	10,2	25,0

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Quando se faz um recorte analítico por raça nas estatísticas do mercado de trabalho brasileiro, evidencia-se que os negros apresentam maior taxa de desemprego do que os não negros. De modo semelhante ao que ocorreu entre homens e mulheres, o processo geral de melhoria no mercado de trabalho entre 2003 e 2014 reduziu as diferenças nas taxas de negros e não negros, atingindo seu menor patamar (8,5%) neste último ano. No entanto, os anos seguintes de deterioração no mercado de trabalho foram críticos para os trabalhadores negros, os quais viram sua taxa de desemprego mais do que duplicar entre 2014 e 2017 e a diferença entre as taxas dos dois grupos aumentar para 8,5 pp. ao final do período.

O mesmo tipo de piora relativa acometeu o contingente de jovens no mercado de trabalho. Estes, considerada a população economicamente ativa na faixa de 10 a 24 anos, apresentam via de regra maiores taxas de desemprego. No período da recessão, a taxa desse grupo saltou de 14,4% em 2014 para 25,0% em 2017. Como se verifica na Tabela 2, a diferença em relação à média da população, que era de 8,5 pp. no início do período, ampliou-se para 13,8 pp. no terceiro ano da recessão.

Comparando o desemprego na recessão de 2015-2017 e na desaceleração de 1996-1999

Como observamos na Figura 1, em pouco mais de duas décadas, a economia brasileira vivenciou dois períodos de elevação contínua e rápida do desemprego da força de trabalho. Cronologicamente, o primeiro período está associado à forte desaceleração no ritmo da atividade ocorrida no quadriênio 1996-1999, enquanto o segundo período se refere à recessão de 2015-2017. Cabe contrastá-los a fim de evidenciar a intensidade relativa da precarização do mercado de trabalho medida, inicialmente, apenas pela taxa de desemprego.

Na Tabela 3, mostramos as trajetórias da taxa geral de desemprego nos dois períodos considerados, ordenando os dados entre o ano-base de comparação e o último ano de cada um. Duas são as constatações principais. Em primeiro lugar, as taxas de desemprego foram sistematicamente maiores nos anos 1990, situando-se em patamares superiores a 12,0% da PEA na RMPA. Em segundo lugar, quanto ao ritmo de expansão do desemprego, ainda que relativamente próximos, este foi mais forte durante a desaceleração de 1996-1999, quando o incremento absoluto médio

atingiu 2,07 pp. por ano, ao passo que na recessão econômica de 2015-2017 foi de 1,76 pp.

Tabela 3 – Taxa de desemprego total, RMPA, 1995-1999 e 2014-2017 (média anual, %)

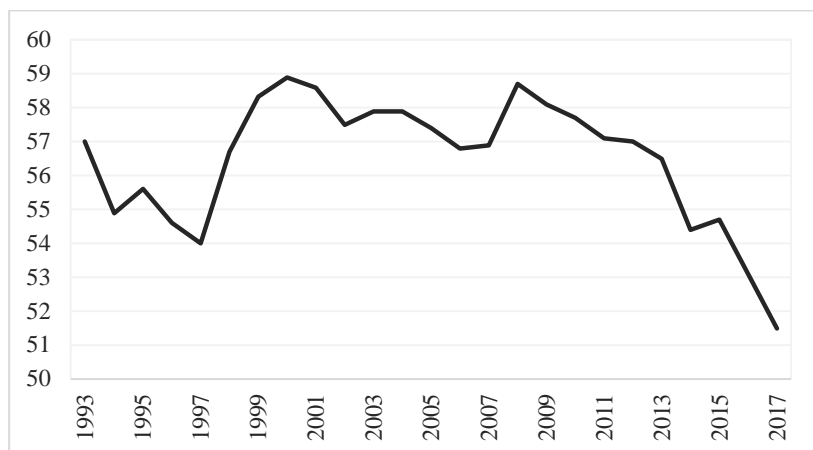
Desaceleração 1996-1999		Recessão 2015-2017	
Ano	Taxa	Ano	Taxa
1995 (base)	10,7	2014 (base)	5,9
1996	13,1	2015	8,7
1997	13,4	2016	10,7
1998	15,9	2017	11,2
1999	19,0		

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Uma explicação inicial para a diferença nas trajetórias relativas das taxas de desemprego está na singularidade quanto à participação da População em Idade Ativa na atividade econômica. Na Figura 2, mostramos a evolução da taxa anual de participação da PIA⁶ na RMPA desde 1993. Durante a desaceleração econômica da década de 1990, essa taxa situou-se em patamar mais elevado ao final do período do que no ano-base de comparação. De modo contrário, no triênio recessivo de 2015-2017, a taxa de participação registou um pequeno aumento em 2015 e diminuiu no biênio 2016-2017, passando de 54,4% em 2014 para 51,5% em 2017, ou seja, nada menos do que um contingente igual a 2,9% da PIA se retirou do mercado de trabalho. Isto nos permite assinalar que o ajuste do mercado de trabalho ao fraco desempenho da economia na segunda metade dos anos 1990 esteve concentrado no aumento do desemprego, ao passo que na recessão de 2015-2017 esse ajuste desdobrou-se em um salto na taxa de desemprego e na migração de parcela significativa da PIA para a inatividade. Em outras palavras, não fosse o severo desalento com as condições de obtenção de emprego na recessão, esta teria sido acompanhada uma taxa de desemprego bem mais elevada.

⁶ A taxa de participação no mercado de trabalho é dada pela razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Na Pesquisa de Emprego e Desemprego, a PIA reúne as pessoas com 10 anos e mais de idade (DIEESE, 2009).

Figura 2 – Taxa de participação, RMPA, 1993-2017 (média anual, %)



Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

As diferenças de ajustamento do mercado de trabalho em ambos os contextos de piora na atividade econômica fica tanto mais clara ao se examinarem os fluxos básicos desse mercado nos dois períodos. Para tanto, a Tabela 4 mostra a evolução da PEA e do número de ocupados, desempregados e inativos durante desaceleração econômica de 1996-1999. Neste quadriênio, além da desaceleração propriamente dita, outros fatores como reestruturação produtiva, abertura econômica e privatizações impactaram o mercado de trabalho. Entre 1995 e 1999, houve um aumento acumulado de 15,1% da PEA e de apenas 3,0% no contingente dos inativos na área metropolitana de Porto Alegre. O número de ocupados aumentou 4,4% e o de desempregados mais do que duplicou ao longo do período, acumulando variação de 103,9%.

Tabela 4 – PEA, ocupados, desempregados e inativos, RMPA, 1995-1999 (em mil pessoas e variações percentuais)

Ano	PEA	Variação Anual	Ocupados	Variação Anual	Desempregados	Variação Anual	Inativos	Variação Anual
1995	1.447		1.292		155		1.155	
1996	1.457	0,7	1.266	-2,0	191	23,2	1.212	4,9
1997	1.469	0,8	1.272	0,5	197	3,1	1.252	3,3
1998	1.576	7,3	1.325	4,2	251	27,4	1.204	-3,8
1999	1.665	5,6	1.349	1,8	316	25,9	1.190	-1,2
Variação Média Anual		3,57		1,09		19,49		0,75
Variação Acumulada 1996-99		15,07		4,41		103,87		3,03

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

A Tabela 5 apresenta os mesmos indicadores para o período recessivo de 2015-2017. Neste triênio, a PEA acumulou uma redução de 4,2% em comparação com o ano-base de 2014, enquanto o total de inativos se expandiu em 7,7% na RMPA. O número de ocupados recuou 9,6% e o de desempregados quase duplicou, com aumento de 81,4% ao longo do triênio.

Tabela 5 – PEA, ocupados, desempregados e inativos, RMPA, 2014-2017 (em mil pessoas e variações percentuais)

Ano	PEA	Variação Anual	Ocupados	Variação Anual	Desempregados	Variação Anual	Inativos	Variação Anual
2014	1.913	-	1.800	-	113	-	1.604	-
2015	1.938	1,3	1.769	-1,7	169	49,6	1.605	0,1
2016	1.888	-2,6	1.686	-4,7	202	19,5	1.668	3,9
2017	1.833	-2,9	1.628	-3,4	205	1,5	1.727	3,5
Variação Média Anual		-1,4		-3,3		22,0		2,5
Variação Acumulada 2015-17		-4,2		-9,6		81,4		7,7

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Portanto, não obstante os dois períodos de piora no mercado de trabalho terem se caracterizado por um forte aumento do desemprego, a evidência colhida mediante outros indicadores gerais sugere diferenças básicas relevantes nas dinâmicas de ambos os períodos. A fim de destacar essas diferenças, apresentamos uma tabela de síntese (Tabela 6), que mostra variações médias e posições para indicadores selecionados. Os dados indicam que a crise recente, como seria de se esperar, parece ter gerado impactos mais fortes do que a desaceleração da década de 1990. Ainda que a variação absoluta média na taxa de desemprego tenha sido levemente maior entre 1995 e 1999, como destacado anteriormente, todos os demais indicadores básicos apontam para uma deterioração mais intensa na crise de 2015-2017. Isto porque, neste período, o número de ocupados diminuiu em termos absolutos e a contração nos postos de trabalho acabou por se expressar tanto num aumento no número e na taxa de desempregados, como numa ampliação do contingente de pessoas desocupadas que migraram para a inatividade econômica, resultando em uma diminuição na PEA e na taxa de participação. Já nos anos 1996-1999, não obstante o vultoso aumento no desemprego, houve ampliação no número de ocupados e na PEA. Portanto, sob a ótica das condições gerais de atividade da população, aferidas pelos indicadores básicos do mercado de trabalho,

o agravamento dessas condições durante a recessão econômica de 2015-2017 afigurou-se mais severo do que na desaceleração dos anos 1990.

Tabela 6 – Indicadores do mercado de trabalho, RMPA, 1995-1999 e 2014-2017 (%)

Indicadores	1995-1999	2014-2017
Varição relativa média anual da PEA	3,6	-1,4
Varição relativa média anual dos inativos	0,7	2,5
Varição relativa média anual dos ocupados	1,1	-3,3
Varição relativa média anual dos desempregados	19,5	22,0
Taxa de participação no ano inicial	55,6	54,4
Taxa de participação no ano final	58,3	51,5
Taxa de desemprego no ano inicial	10,7	5,9
Taxa de desemprego no ano final	19,0	11,2

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Precarização do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre

A compreensão das mudanças no desempenho do mercado de trabalho sob a ótica da precarização requer a consideração de múltiplas dimensões de seu funcionamento. Uma forma de atentar para essas múltiplas dimensões e ao mesmo tempo lhes extrair uma expressão de síntese é a construção de índices que permitam avaliar as trajetórias mais significativas do mercado de trabalho. Saboia (1999) e Freire (2006), por exemplo, construíram tais indicadores com base em metodologias próprias; organizações multilaterais como a OIT também buscam compreender as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho a partir de variadas dimensões.

Atenta ao processo de piora generalizada das condições do mercado de trabalho urbano do Brasil nos anos 1990, Toni (2005, 2007) realizou estudo empírico com o propósito de mensurar as dimensões dessa piora mediante a construção de um Índice de Precarização (IP) aplicado ao caso da região metropolitana de Porto Alegre. O índice leva em consideração três dimensões básicas da inserção da PEA na atividade laboral, a saber:

- a) dimensão 1: inserção ocupacional;
- b) dimensão 2: desemprego; e
- c) dimensão 3: rendimentos do trabalho.

A *performance* do mercado de trabalho quanto a cada uma dessas dimensões, por sua vez, busca ser capturada por meio de um conjunto de indicadores específicos, que se encontram reunidos no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões e indicadores do Índice de Precarização do mercado de trabalho de Toni

Dimensão	Indicador
(1) Inserção ocupacional	(11) Percentual dos ocupados que são assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada ou trabalhadores do setor público com carteira de trabalho assinada e estatutários
	(12) Percentual dos ocupados que são outros trabalhadores (que não os do indicador 11) que contribuem para a previdência
	(13) Tempo médio de permanência no trabalho atual
(2) Desemprego	(21) Taxa geral de desemprego
	(22) Tempo médio de procura por trabalho
	(23) Taxa de desemprego dos chefes de domicílio
(3) Rendimentos do trabalho	(31) Rendimento médio real por hora dos ocupados
	(32) Índice de Gini

Fonte: Toni (2005). Elaboração dos autores.

Os indicadores que compõem as dimensões do IP são padronizados a fim de que se expressem em índices variando entre 0 e 1, sendo que os valores menores, ou mais próximos de zero, revelam melhores condições no mercado de trabalho, enquanto os valores maiores ou mais próximos de um correspondem a condições menos favoráveis ou, vistos por um corte longitudinal, a um aumento da precarização no mercado de trabalho. Dado que alguns indicadores guardam relação inversa com essa construção do IP, pois o aumento no seu valor significa melhora na condição de inserção do indivíduo (casos dos indicadores de inserção ocupacional e do rendimento), mas para outros a relação é direta e o aumento significa piora (casos dos indicadores de desemprego e do índice de Gini), procede-se a uma padronização a partir dos valores observados de mínimo e de máximo de cada indicador. Vale dizer, cada índice singular corresponde a uma posição relativa no intervalo de variação do indicador. Tem-se, portanto, os procedimentos abaixo especificados.

- I. Para os indicadores em que valores maiores significam melhoria no mercado de trabalho, o índice singular é calculado conforme a equação 1:

$$I_{i,t} = (E_{i,t} - E_{i,max}) / (E_{i,min} - E_{i,max}) \quad [1]$$

- II. Para os indicadores em que valores maiores significam piora no mercado de trabalho, o índice singular é calculado conforme a equação 2:

$$I_{i,t} = (E_{i,t} - E_{i,min}) / (E_{i,max} - E_{i,min}) \quad [2]$$

Onde:

$I_{i,t}$ = Índice correspondente ao indicador singular i no período t

$E_{i,t}$ = Valor do indicador singular i no período t

$E_{i,max}$ = Valor máximo do indicador singular i na série de dados

$E_{i,min}$ = Valor mínimo do indicador singular i na série de dados

Para fins de cálculo dos índices de cada componente singular do Índice de Precarização, extraíram-se os valores de mínimo e de máximo na série de dados da PED-RMPA referente ao período 1993-2017, os quais são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Valores de mínimo e de máximo dos indicadores do Índice de Precarização, RMPA, 1993-2017

Indicador	Valor Mínimo	Valor Máximo
(11) ocupados que são assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público com carteira de trabalho assinada e estatutários (%)	50,5	68,6
(12) ocupados que são outros trabalhadores (que não os do indicador 11) que contribuem para a Previdência (%)	31,9	64,0
(13) tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	55	89
(21) taxa global de desemprego (%)	5,0	22,7
(22) tempo médio de procura por trabalho (meses)	3,8	12,6
(23) taxa de desemprego dos chefes de domicílio (%)	2,6	18,4
(31) rendimento médio real por hora dos ocupados (R\$) (1)	8,11	14,73
(32) Índice de Gini	-	-

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores. (1) Inflator: IPC-IEPE; valores em reais de dez./17.

Uma vez conhecidos os valores de mínimo e de máximo dos indicadores, é possível computar os índices singulares com base nas equações [1] e [2], conforme o caso. Os índices correspondentes aos indicadores singulares, por sua vez, dão

origem a índices agregados de cada uma das três dimensões do desempenho do mercado de trabalho – inserção ocupacional, desemprego e rendimentos do trabalho –, considerando fatores de ponderação estabelecidos no estudo de Toni (2005). As equações dos índices das dimensões são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Equações dos índices das dimensões do mercado de trabalho

Dimensão	Índice
(1) Inserção ocupacional	$I_{1,t} = 0,5 * I_{11,t} + 0,17 * I_{12,t} + 0,33 * I_{13,t}$
(2) Desemprego	$I_{2,t} = 0,5 * I_{21,t} + 0,33 * I_{22,t} + 0,17 * I_{23,t}$
(3) Rendimentos do trabalho	$I_{3,t} = 0,33 * I_{31,t} + 0,67 * I_{32,t}$

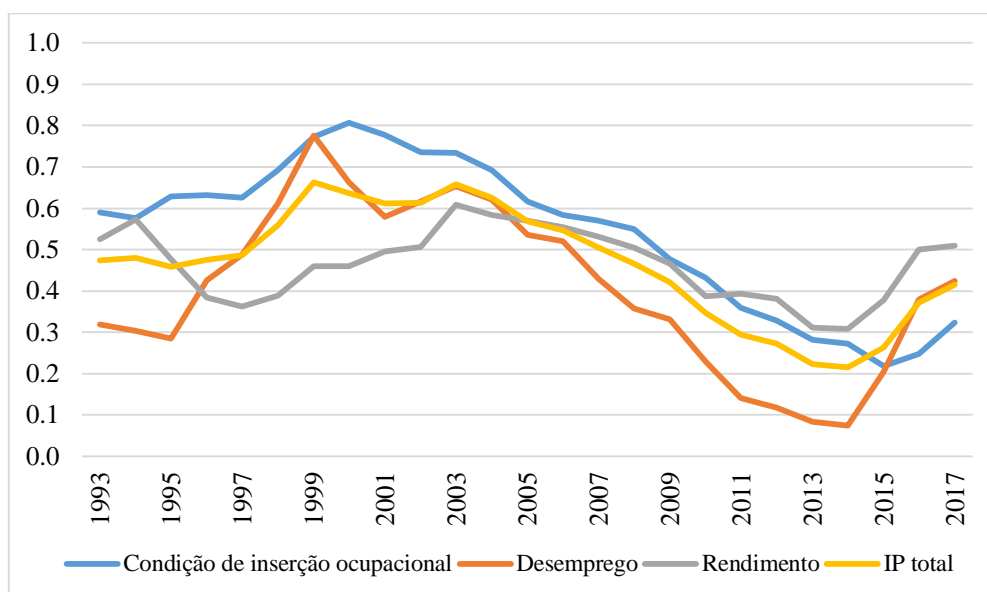
Fonte: Toni (2005). Elaboração dos autores.

O Índice de Precarização geral em um período t (IP_t) corresponde à média aritmética simples dos índices de cada uma das três dimensões, como destacado na equação 3.

$$IP_t = (I_{1,t} + I_{2,t} + I_{3,t}) / 3 \quad [3]$$

A Figura 3 mostra a evolução do Índice de Precarização e dos índices específicos das três dimensões do mercado de trabalho para a RMPA entre 1993 e 2017. Como esperado, o IP cresceu na segunda metade dos anos 1990 em face da desaceleração no ritmo de crescimento da economia, diminuiu gradativamente ao longo do chamado período 2003-2014, atingiu seu menor valor no ano de 2014 (0,22) e voltou a crescer rapidamente durante a recessão econômica de 2015-2017.

Figura 3 – Índice de Precarização, RMPA, 1993-2017



Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Durante a recessão do triênio 2015-2017, como se verifica na Tabela 8, a dimensão que registrou o maior salto foi a do desemprego. O indicador específico partiu de um valor bastante baixo (0,07) em 2014 e atingiu o valor 0,42 em 2017, um patamar seis vezes mais elevado que revela uma forte piora relativa no mercado de trabalho metropolitano, segundo os indicadores de taxa de desemprego global, tempo de procura de trabalho e taxa de desemprego de chefes de domicílio.

Tabela 8 – Índice de Precarização e seus componentes, RMPA, 2014-2017

Indicadores	2014	2015	2016	2017
IP total	0,22	0,26	0,37	0,41
Condição de inserção ocupacional	0,27	0,22	0,25	0,32
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,18	0,12	0,22	0,26
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,32	0,24	0,29	0,34
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,38	0,35	0,26	0,41
Desemprego	0,07	0,20	0,38	0,42
Taxa global de desemprego	0,05	0,21	0,32	0,35
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,13	0,19	0,51	0,59
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,04	0,21	0,29	0,32
Rendimento	0,31	0,38	0,50	0,51
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,27	0,38	0,57	0,59
Índice de Gini	0,38	0,38	0,37	0,35

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Os dois outros índices também sofreram forte impacto da recessão. Assim, o índice dos rendimentos do trabalho aumentou de 0,31 em 2014 para 0,51 em 2017 devido à redução no rendimento médio real por hora trabalhada, pois o Índice de Gini evidenciou pequena retração, sugerindo que a queda geral nos rendimentos do trabalho se fez acompanhar por uma tênue diminuição na desigualdade da distribuição. Tal resultado pode ser explicado como um efeito residual da política de valorização do salário mínimo implantada nos governos anteriores e cuja regulamentação se manteve em vigor mesmo após o afastamento da presidente Dilma em 2016. Essa política impacta favoravelmente os salários de base da economia, evitando uma redução maior desses rendimentos numa conjuntura recessiva. Já na dimensão de inserção ocupacional, o indicador com maior impacto foi o da parcela de trabalhadores assalariados com contrato formalizado. Os dois outros indicadores – parcela de outros trabalhadores que contribuem para a

previdência e tempo de permanência no trabalho – também registraram piora, ainda que de forma menos intensa, nas condições do mercado de trabalho.

As variações ocorridas no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre durante a recessão econômica de 2015-2017 assemelham-se, em geral, ao que se observou no período de desaceleração da atividade de fins da década de 1990, mas há algumas diferenças interessantes de serem examinadas. Os dados relativos aos anos 1995-1999 estão na Tabela 9.

Tabela 9 – Índice de Precarização e seus componentes, RMPA, 1995-1999

Indicadores	1995	1996	1997	1998	1999
IP total	0,46	0,48	0,49	0,56	0,66
Condição de inserção ocupacional	0,63	0,63	0,63	0,69	0,77
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,52	0,56	0,57	0,69	0,78
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,79	0,77	0,64	0,73	0,81
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,71	0,68	0,71	0,68	0,74
Desemprego	0,28	0,43	0,49	0,61	0,78
Taxa global de desemprego	0,32	0,46	0,47	0,62	0,79
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,26	0,41	0,55	0,68	0,84
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,22	0,37	0,41	0,46	0,61
Rendimento	0,48	0,38	0,36	0,39	0,46
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,48	0,35	0,32	0,36	0,46
Índice de Gini	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

Em geral, o índice de precarização no ano inicial deste período se encontra em patamar bem mais elevado do que no ano inicial da recente recessão econômica, em alguns casos maior do que no próprio ano de 2017. Entre 1995 e 1999, o IP geral avançou de 0,46 para 0,66. A principal dimensão explicativa desta piora no mercado de trabalho foi o desemprego, com forte deterioração nos três indicadores dessa dimensão, provavelmente associadas a transformações no sistema das relações de trabalho no Brasil, tanto na dimensão do contexto tecnológico, quanto nas regras estatutárias aplicadas à relação de emprego. Nos anos 1990, a reestruturação produtiva e a flexibilização das leis trabalhistas, além da desaceleração no ritmo da atividade, teriam concorrido para o aumento no desemprego e, por conseguinte, para a precarização do mercado de trabalho. A dimensão da inserção ocupacional também revelou crescimento da precarização,

ainda que menos pronunciado, pois o índice passou de 0,63 em 1995 para 0,77 em 1999. Os três indicadores evoluíram no mesmo sentido, distinguindo-se, todavia, pela magnitude da variação, sendo que o principal fator explicativo de piora nas condições de inserção ocupacional foi a redução na parcela formalizada da ocupação. Por fim, a dimensão dos rendimentos do trabalho evidenciou uma tênue melhora, sendo mais apropriado se referir a uma estabilidade no contraste entre o ano final (1999) e a base de comparação (1995).

A Tabela 10 sistematiza as variações absolutas anuais médias nos índices das dimensões do mercado de trabalho e de seus componentes e no IP total nos dois períodos analisados de precarização do mercado de trabalho. Isto permite-nos assinalar as principais semelhanças e diferenças na dinâmica do mercado de trabalho da RMPA com o foco na questão da precarização.

Tabela 10 – Variação absoluta anual média do Índice de Precarização e de seus componentes, RMPA, 1995-1999 e 2015-2017

Indicadores	96-99	15-17
IP Total	0,051	0,066
Condição de inserção ocupacional	0,036	0,017
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,065	0,026
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a	0,006	0,006
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,007	0,010
Desemprego	0,123	0,117
Taxa global de desemprego	0,117	0,100
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,145	0,155
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,096	0,091
Rendimento	-0,004	0,067
Rendimento médio real por hora trabalhada	-0,006	0,105
Índice de Gini	0,000	-0,010

Fonte: PED-RMPA. Elaboração dos autores.

A conclusão mais geral é que o ritmo de precarização do mercado de trabalho foi maior na recessão econômica do triênio 2015-2017 do que na conjuntura de desaceleração da atividade, em meio à reestruturação produtiva, dos anos 1990. Em ambos os períodos, a dimensão do desemprego foi a que apresentou o pior comportamento. Não obstante, essa dimensão contribuiu em proporções distintas para a deterioração do mercado de trabalho em cada período. Na recessão econômica de 2015-2017, a dimensão do desemprego respondeu por 58,3% da variação no IP total, enquanto sua contribuição foi bem maior, igual a 80,6%, na

conjuntura de fins do século XX. Em ambos os períodos, a dimensão da inserção ocupacional também foi responsável pelo aumento na precarização do mercado de trabalho, contribuindo em 22,6% da variação no IP na segunda metade dos anos 1990 e em apenas 8,3% na recessão econômica pós-2014.

A dimensão em que se observa a maior diferença de *performance* é a dos rendimentos do trabalho. Na desaceleração do quadriênio 1996-1999, como destacamos acima, o índice desta dimensão mostrou relativa estabilidade na comparação de ponta a ponta. Bem diferente do que ocorreu na recessão econômica de 2015-2017, quando a dimensão dos rendimentos contribuiu com 33,3% da piora no Índice de Precarização do mercado de trabalho, destacando-se, de modo isolado, o indicador de rendimento médio real do trabalho.

Em síntese, o processo de precarização dos anos 1990 caracterizou-se por uma combinação de forte aumento do desemprego e piora na qualidade da ocupação quanto à formalização do contrato de trabalho, sem que a remuneração média dos ocupados tenha se deteriorado em comparação com o ano inicial. Na recessão econômica do triênio 2015-2017, houve uma piora mais intensa e generalizada em todos os indicadores, à exceção do índice de Gini, com especial destaque negativo para a dimensão do desemprego e o indicador de rendimento real do trabalho. Neste sentido, podemos qualificar como mais severo o processo de precarização observado na segunda década do século XXI.

Referências

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego – PED**: conceitos, metodologia e organização. São Paulo, 2009.

DRUCK, G. Precarização social do trabalho. In: IVO, A. B. L. (Coord.). **Dicionário temático**: desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013, p. 373-380.

FREIRE, J. A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, Vitória, 2006. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**: a inspeção do trabalho no Brasil: pela promoção do trabalho decente. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233515.pdf>. Acesso em: 5 abr 2018.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

SABOIA, J. L. M. Um novo índice para o mercado de trabalho urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 6. **Anais...** ABET, 1999.

TONI, M. de. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho**: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2005.

TONI, M. de. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão da tendência no período recente? In: BASTOS, R. L. A. *et al.* (Coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007. p. 17-80.